

Análise da Opção Economicamente mais Viável para o Setor de Entregas de um Supermercado: Um Estudo de Caso

Ernando Fagundes¹

Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça

fagundes.ernando@gmail.com

Fabiane Carolina da Cunha

Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça

fabii14@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo verificar qual a opção economicamente mais viável, em relação ao serviço de entregas oferecido por uma organização. Para atender ao objetivo deste estudo e identificar a opção mais viável, foram realizadas comparações entre as seguintes opções: a terceirização do serviço de entregas, a compra do veículo considerando a contratação de um motorista e a locação do veículo também considerando a contratação de um motorista. Assim, este estudo de natureza aplicada adotou uma abordagem qualitativa. A intervenção se deu por meio de um estudo de caso em uma loja de uma rede de supermercados. Os dados coletados foram organizados em tabelas, colaborando assim para a realização das análises necessárias. Verificou-se que a opção atualmente adotada pela organização não é a economicamente mais viável, uma vez que se identificou outra opção menos onerosa e que melhor atenderia as necessidades da organização estudada sendo a mais vantajosa. Ressaltou-se que essa opção é a mais viável para este supermercado estudado, considerados os dados analisados referente ao ano de 2016. Desse modo, cada organização deve analisar as opções disponíveis, de acordo com as suas necessidades, de modo a identificar a opção mais viável.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Ativo imobilizado. Terceirização.

Data do recebimento do artigo: 29/10/2017

Data do aceite de publicação: 20/11/2017

¹ Autor para correspondência: Faculdade de Tecnologia de Nova Palhoça, Av. Vidal Procópio Lohn, 1081 - Nova Palhoça, Palhoça - SC, 88131-551.

1 INTRODUÇÃO

As organizações necessitam de um controle eficiente e a contabilidade oferece ferramentas essenciais para tais procedimentos, como a contabilidade gerencial, que por meio da utilização de suas ferramentas possibilita que os administradores realizem as tomadas de decisões, com dados concretos e em curtos períodos de tempos (CABRELLI; FERREIRA 2007).

Segundo Cabrelli; Ferreira (2007); Miotto (2008) a contabilidade gerencial é utilizada com o principal objetivo de facilitar o planejamento, controle e a tomada de decisão. Desse modo, auxilia os empresários a controlar, planejar e corrigir irregularidades nas organizações, proporcionando melhores resultados por meio de um gerenciamento mais eficaz, onde o contador gerencial estuda a contabilidade como um sistema de informações, que integra o sistema completo da organização.

Cabrelli; Ferreira (2007); Miotto (2008) afirmam que a contabilidade gerencial está presente nas organizações para auxiliar os administradores a tomarem suas decisões, de forma sensata e concreta. Assim, o presente estudo tem como foco auxiliar a organização pesquisada a tomar a melhor decisão, servindo assim como uma ferramenta gerencial, que irá auxiliar nas escolhas dos administradores, fazendo com que a mesma atenda os seus objetivos.

A organização objeto desse estudo possui o serviço de entrega de mercadorias, mas necessita saber se a atual maneira de realizar estas entregas é a opção mais viável economicamente. Desta forma pergunta-se: **Qual a opção economicamente mais viável para o setor de entregas do supermercado estudado?**

O objetivo desta pesquisa é identificar qual a opção mais viável economicamente para o serviço de entregas do supermercado estudado. Para, atender o mesmo, serão destacados os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a opção adotada atualmente pela organização e os respectivos custos; (ii) analisar outras opções possíveis para a realização do serviço de entrega em questão; (iii) verificar cada opção, comparando-as e apontando a opção mais viável economicamente. Assim, este estudo de natureza aplicada adotou uma abordagem qualitativa. A intervenção se deu por meio de um estudo de caso.

O presente estudo se justifica, uma vez que o mercado competitivo requer que as organizações mantenham qualidade nos seus serviços e produtos, ao mesmo tempo em que os deve oferecer ao menor custo possível. Diante disso, destaca-se a relevância deste estudo, uma vez que irá contribuir para a organização estudada, fazendo com que ela possa tomar as melhores decisões para o setor analisado.

Vale ressaltar algumas delimitações desta pesquisa. Considerou-se nesse estudo três opções a serem analisadas, sendo a) a terceirização do serviço de entregas; b) a compra de um veículo para entregas e contratação de um motorista; c) e a locação do veículo para entregas com a contratação do motorista. Vale ainda ressaltar que o supermercado estudado faz parte de uma rede de supermercados, porém apenas uma loja foi analisada, pois cada uma possui um sistema de entregas próprio e diferentes entre si.

Além desta seção introdutória, este artigo apresenta ainda a seção 2 que contempla o referencial teórico, a seção 3 que apresenta os procedimentos metodológicos, a seção 4 onde os dados são analisados e discutidos, a seção 5 que apresenta as considerações finais e por fim uma seção de referências bibliográficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor conhecimento dos assuntos abordados neste artigo, constitui-se o referencial teórico, com fundamentação em autores relacionados ao tema, de modo a possibilitar o alcance dos objetivos propostos no trabalho.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis (DC) são elaboradas de acordo com o princípio da continuidade, ou seja, pressupõem-se que a organização está em operação e continuará em operação por um tempo imprevisível (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011). Neste sentido se tem como base que a organização não tem a intenção nem a necessidade de entrar com o processo de interrupção ou a redução de suas atividades.

As DC apresentam os resultados patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio da soma dos mesmos em classes conforme as características financeiras de cada evento. As demonstrações são classificadas pelos principais elementos que compõem a atividade financeira e a posição patrimonial da organização, que são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Já os elementos relacionados com desempenho dos resultados são as receitas e despesas. As principais contas como ativo e passivo podem ser classificadas pela sua essência ou pela função exercida na organização, com a finalidade de demonstrar para os usuários das demonstrações uma maneira mais eficaz e útil para as realizações das tomadas de decisões econômicas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Torquato; Siqueira (2013) ressaltam que o objeto da contabilidade é o patrimônio, que é estabelecido como o conjunto de bens, direitos e obrigações a terceiros, que podem estar associados a uma ou várias pessoas físicas ou a uma entidade, objetivando lucro ou não, independentemente do seu propósito.

No pensamento de Silva; Mota (2016), as DC devem ser examinadas, porém cada demonstração tem sua peculiaridade e possui conhecimentos sobre determinadas operações da empresa, colaborando assim para as análises específicas do avaliador.

A conta de ativos do balanço patrimonial possui um propósito específico de gerar benefícios futuros e contribuir para a organização. Este é que irá demonstrar a real disponibilidade em dinheiro que a empresa possui. A NBC TG 00 (2011) apresenta o ativo como um recurso que a empresa obteve de resultados de transações passadas e do qual se espera que resultem benefícios futuros, sendo esta a capacidade do bem em contribuir, direta ou indiretamente para a organização, apresentando a possibilidade de se converter em caixa ou equivalentes de caixa.

As entidades possuem geralmente o objetivo de manter ativos para a produção de bens ou para a prestação de serviços, que satisfaçam as necessidades dos seus consumidores, os quais estão dispostos a pagar pelos mesmos que atendam às suas vontades, garantindo assim o fluxo de caixa da entidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Os benefícios que um ativo gera para a empresa podem ser distribuídos de diversas maneiras, usados em conjuntos ou isoladamente com outros ativos, pode ser trocado por outro ativo, usado para quitar passivos ou então a realização da sua distribuição aos acionários (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Raupp; Beuren (2006) acreditam que existem várias formas de mensurar um mesmo ativo, ocasionadas pelos diferentes entendimentos acerca do mesmo, e que certamente proporcionam diferentes informações para a tomada de decisão. É possível compreender que os ativos das empresas devam ser primeiramente analisados e assim definida uma maneira de contabilizá-los.

Segundo o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2011) os ativos são compostos por bens de forma física, porém esta forma não é única, uma vez que existem bens como patentes e direitos autorais que também são considerados ativos, caso gerem benefícios futuros econômicos para as empresas, mas não possuem propriedade física. Esses ativos são contabilizados no ativo intangível. De acordo com a norma TG 00 (2011), as DC são elaboradas para auxiliar as organizações a possuírem um melhor controle de seus processos, fazendo com que se tenha uma maneira mais eficaz e fidedignas para a realização das tomadas de decisão.

Pode-se compreender que o ativo é o resultado de transações que a organização realizou no passado, do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros. O propósito de algumas empresas em possuírem ativos é o de utilizá-los na produção de bens ou na prestação de serviços para garantir o funcionamento da empresa e assim o capital de giro para a realização de novos investimentos e novos serviços, possibilitando que a organização tenha a evolução planejada.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) conceitua que no balanço patrimonial, os ativos devem ser apresentados em circulantes e não circulantes da mesma maneira deve ser apresentado o passivo da empresa, com grupos de contas separados, caso a mesma não registre seus bens desta forma a mesma deve realizar o registro de suas contas por ordem de liquidez, isso se apresentar dados confiáveis e mais significativos.

Os ativos classificados como circulantes são contabilizados conforme a sua necessidade de controle, de forma que sejam vendidos ou consumidos dentro do ciclo operacional da empresa. São mantidos com o propósito principal de ser negociado, tem a intenção de que

sejam realizados até doze meses após a data do balanço ou quando forem registrados como caixa ou equivalente de caixa (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) esclarece sobre o ciclo operacional da organização que é o tempo entre a aquisição dos ativos e a sua transformação em caixa e equivalentes. Quando o ciclo não for identificado, se pressupõe que o mesmo seja de doze meses.

Os ativos não circulantes são classificados em tangíveis, intangíveis e ativos financeiros que tenham o propósito de serem negociados apenas a longo prazo, a conta dos ativos não circulantes está subdividida em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) destaca que os ativos contidos no balanço patrimonial, devem ser apresentados em circulantes e não circulantes e da mesma forma os passivos. A empresa pode optar por não apresentar o seu balanço patrimonial desta forma, podendo a mesma optar por apresentar as contas por ordem de liquidez se os dados apresentados forem mais confiáveis e significativos.

Como descrito anteriormente os bens classificados como circulantes são vendidos ou consumidos dentro do ciclo operacional, esperando assim o benefício econômico a curto prazo com o propósito principal de serem negociados, até doze meses após a data do último balanço. Os bens classificados como não circulantes têm o propósito de serem negociados apenas a longo prazo, porém existe a contabilização da depreciação que pode ser contabilizada no ativo circulante e registrada então como uma conta do ciclo operacional da entidade.

2.2 ATIVO IMOBILIZADO

Para a realização da contabilização do ativo imobilizado é necessário que seja primeiramente identificado o ativo, a determinação dos seus valores, a depreciação e as eventuais perdas por desvalorização. Estes devem ser reconhecidos e mensurados pelo seu respectivo custo (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) destaca que o custo de um ativo imobilizado é compreendido pelo seu preço de aquisição, extraindo os descontos comerciais e os abatimentos, somando os impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a aquisição, quaisquer custos gerados para colocar o bem no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar corretamente, atendendo assim as necessidades da organização, e o custos com a manutenção do bem, todos são de obrigação da organização quando a mesma realiza a compra ou a utilização do bem para a produção do estoque.

A conta do ativo imobilizado é um conjunto de bens de natureza e uso semelhante nas atividades operacionais da organização, que são registrados conforme sua classificação, como exemplos de classes temos, terrenos, máquinas e equipamentos, veículos a motor, móveis e utensílios (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

Para Brasil (1976), em seu art. 179, item IV conceitua as contas do ativo imobilizado como “os direitos que tenham por objeto bens destinados a manutenção as atividades da companhia e da organização, ou exercidos com esta finalidade, inclusive os de propriedades industrial ou comercial”.

Segundo Brasil (2017) que altera o Decreto-Lei nº 1.598 (1977) afirma que a aquisição de bens que sejam igual ou superior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ou que possuam prazo de vida útil superior a um ano, deverão ser registrados na conta de ativo imobilizado.

Ao analisar esta definição é possível compreender que neste grupo de contas do balanço patrimonial, são incluídos todos os bens de permanência duradoura, que contribuirão para as atividades operacionais da organização e onde são registrados os bens que a ela possui.

Marion (2011) ressalta que para ser um ativo imobilizado o bem precisa ter permanência duradoura, ser utilizado na operação no negócio, e não se destinar a venda, bens tangíveis, máquinas, imóveis, instalações, veículos, bens intangíveis, marcas, patentes, ponto comercial entre outros.

Com estas pesquisas pode-se observar que integram o imobilizado os recursos aplicados ou já destinados a operação da organização, mesmo que o bem ainda não esteja em operação, mas que se destinem a tal finalidade, como obras em construção. E que o

imobilizado deve ter contas para cada classe principal de ativo, para o registro correto de seu custo.

2.2.1 Depreciação e vida útil

De acordo com CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) pode-se concluir que um ativo está desvalorizado quando o seu valor contábil está maior do que seu valor recuperável. Quando comprovada a desvalorização a organização deve realizar uma estimativa do valor recuperável. Ao fim de cada período a organização deve realizar uma avaliação para verificar se ocorreu a desvalorização em algum ativo.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) expõe que quando a entidade for analisar um ativo para a verificação da ocorrência ou não da desvalorização deve considerar as fontes externas e internas de informação, as quais vão auxiliar e orientar na identificação da desvalorização, como fonte externa pode ser citado o valor de mercado de um bem que durante o período pode diminuir consideravelmente, mais do que o desgaste com o seu uso ou o tempo de utilização, como fonte interna pode ser descrito o indício de que o bem está obsoleto ou tenha algum dano físico.

Segundo Carmo; Silva (2016) a entidade deverá efetuar periodicamente, análises referentes a recuperação dos valores registrados no imobilizado. Deste modo registrando as perdas de valor do capital aplicado.

Vasconcellos (2008) comenta que depreciação é a diminuição da capacidade produtiva dos bens do ativo permanente, ocasionados pelo desgaste do uso, a deterioração pelo tempo e a redução gradativa pela evolução da tecnologia. Porém existem os bens que não perdem a capacidade produtiva, e não são depreciados, como os terrenos, obras de artes e antiguidades.

Deve ser reconhecido no resultado de cada período as depreciações realizadas. A mesma se inicia quando o bem está acessível para o uso da empresa isto quer dizer que o bem está no local e em condições de funcionamento como foi pretendido pelos responsáveis da organização, a depreciação deve ser encerrada quando o bem for selecionado para a revenda ou incluído no grupo de ativos mantidos para revenda, ou quando ele for

completamente baixado do imobilizado, a depreciação do bem não pode ser encerrada quando o mesmo se manter ocioso ou for retirado do seu uso normal, porém a depreciação pode ser zero enquanto não houver produção (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2015) descreve que os bens adquiridos em conjunto como terrenos e edifícios são contabilizados separadamente, os edifícios são bens que possuem vida útil limitada então são depreciáveis, já o terreno não possui depreciação então o valor contábil do terreno não interfere no valor do edifício.

Carmo; Silva (2016) alegam que cada bem do ativo será depreciado separadamente e o valor da depreciação deverá ser registrado como custo ou despesa, dependendo da sua função na entidade, todos os dados coletados na empresa devem ser rigorosamente analisados para que se então tenha uma decisão a ser tomada, o custo ou despesa da empresa deve ser registrado conforme sua utilização na organização.

De acordo com o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE a vida útil de um ativo é estabelecida conforme a sua utilização na organização onde ela pode optar como vai ser realizada a determinação da vida útil do bem, que poder ser alocado após um período determinado de tempo ou após uma quantidade realizada de produtos, por isso pode se ter uma vida útil menor que a sua vida econômica, a estimativa da vida útil será discriminada pela empresa baseada em experiências com ativos similares. Podemos entender como vida útil de um bem, o ciclo de tempo o qual a empresa espera utilizar o ativo, ou o número de produtos que se espera que o ativo produza.

2.3 LOCAÇÃO DE ATIVOS

Hainzenreder (1996) descreve que o aluguel representa um acordo comercial, realizado pela transferência de um bem do proprietário fornecedor para o locatário cliente, este irá pagar mensalidades pela utilização do bem. Ao fim do contrato de aluguel, caso os envolvidos não decidirem pela renovação do contrato, o locatário deve devolver o bem ao proprietário. Na contabilidade o valor pago pelo contrato de locação, pode ser contabilizado como despesa ou custo, dependendo da sua função.

Segundo Brasil (2002) Art. 565 e 566, no contrato de locação, uma das partes fornece a outra, por tempo previsto ou não, um bem que terá uma remuneração previamente acordada. O locador deverá entregar o bem em condições perfeitas para o uso esperado, e realizar todas as manutenções necessárias durante a vigência do contrato, assim garantir o uso adequado do bem durante o período de aluguel.

De acordo com Brasil (2002) Art. 569, o locatário deverá utilizar o bem apenas para o uso acordado e conforme a natureza dele, devendo assim preservar com o mesmo cuidado como se fosse seu. A remuneração deverá ser paga pontualmente nos prazos estipulados, e devolver o bem no estado em que o recebeu, apenas eliminando as deteriorações pelo seu uso.

Conforme Alves (2011) para realizar a contabilização do aluguel, são registradas apenas as rendas, o locador registra como rendimentos e o locatário como custo ou despesa. O bem locado é registrado como ativo imobilizado pelo locador.

2.4 TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADES

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) CLT, Art. 442 e 443, fala sobre o contrato individual do trabalho, que é o acordo referente a relação de emprego, neste contrato não existe vínculo empregatício, podendo ser acordado verbalmente ou por escrito e com prazo determinado ou indeterminado.

Conforme Teixeira (2017) a terceirização tem a perspectiva de que o estado e as empresas se tornem mais eficientes e lucrativos. A empresa tem a opção de optar ou não pela contratação de serviços prestados. O benefício esperado é a de redução de custos e não necessariamente o aumento da produtividade, o que significa que a entidade consegue contratar trabalhadores com remunerações mais baixas.

A terceirização é basicamente um serviço prestado entre três pessoas: a organização que contrata os serviços, o prestador do serviço que vai prestar o serviço para a organização contratante e o trabalhador que irá executar a mão de obra.

Conforme o decreto de lei nº 5.452 (1943), todo empregado tem direito anualmente ao período de férias, sem que seja descontado de sua remuneração mensal, o período é de 30

(trinta) dias corridos, o responsável pelas férias é o empregador do funcionário, que é a empresa que está contratando o funcionário para a prestação dos serviços.

No dia 31 de março de 2017 foi aprovada a lei nº 13.429, alterando a Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974 que fala sobre a terceirização de trabalho. A empresa prestadora de serviço é a pessoa jurídica que irá prestar serviços a contratante, no momento da realização do contrato a empresa contratante deve especificar o serviço e não poderá utilizar os funcionários para exercer outras funções distintas da acordada. É de competência de a empresa contratante garantir segurança, higiene e salubridade aos trabalhadores terceirizados, podendo também oferecer o mesmo atendimento médico, ambulatorial e de refeição que os seus funcionários possuem.

Com as últimas alterações realizadas pela Lei nº 13.429 (2017), é possível terceirizar qualquer atividade em todos os setores, a empresa contratante só responderá por débitos trabalhistas da contratada em últimos casos.

Com todas as análises realizadas é possível compreender que a terceirização tem o objetivo de tornar as empresas mais lucrativas e que não haja a necessidade de pagar um funcionário e seus encargos desnecessariamente, as empresas vão poder optar por terceirizar qualquer atividade e pagar menos por isso.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do artigo científico é um dos pontos mais importantes, pois, apresenta a forma como foi realizado o desenvolvimento do trabalho. Para isso, foi utilizado o método dedutivo de abordagem com tipologia predominante aplicada. Em relação aos objetivos, a predominância da pesquisa é descritiva, e quanto aos problemas do artigo a pesquisa é de teor qualitativa. Por fim, de acordo com os procedimentos técnicos, a tipologia de pesquisa é um estudo de caso.

Segundo Prodanov; Freitas (2013), o método dedutivo é o que parte do geral, onde os dados são retirados de diversas fontes e então se tem uma conclusão. É onde se tem o objetivo de explicar as ideias iniciais da pesquisa realizada.

Para Prodanov; Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem o objetivo de proporcionar conhecimentos para a prática onde se tem a intenção de solucionar os problemas encontrados.

A predominância de pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador apenas registra e descreve as informações sem alterar os dados (Prodanov e Freitas 2013).

A pesquisa descritiva “trata-se da descrição do fato ou fenômeno através de levantamentos ou observação” (OTANI; FIALHO, 2011, p. 36). A partir disso é possível visualizar melhor os dados coletados, da mesma forma, correlacionar com o desenvolvimento do trabalho. Também havendo a possibilidade de gerar outra visão do todo.

Conforme Prodanov; Freitas (2013), a pesquisa qualitativa é o método pelo qual não são necessários cálculos estatísticos, o ambiente onde a empresa está situada é a fonte para coleta de informações, e estas são estudadas sem nenhuma interferência proposital do pesquisador.

O estudo de caso é basicamente o ato de coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo ou organização, a fim de se estudar uma atividade, conforme o assunto da pesquisa realizada (Prodanov; Freitas 2013).

4 A ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A organização objeto deste estudo é um supermercado da região da grande Florianópolis, sendo uma organização familiar, que teve o início de suas atividades em 1984 em Santo Amaro da Imperatriz. Os fundadores tinham como objetivo proporcionar uma vida melhor para seus filhos, assim abriram um pequeno comércio com o sonho de melhorar a vida da família.

Atualmente a organização é administrada pelas suas filhas e genros, que são responsáveis por manter a organização em funcionamento e transformar o sonho dos fundadores em realidade. Com o trabalho de todos o pequeno supermercado se transformou em uma rede

de supermercados que possui 5 lojas com quase 400 funcionários, e atendem a diversos consumidores, disponibilizando uma linha própria de produtos. Nesse artigo, é estudado o caso de uma das lojas.

O supermercado disponibiliza o serviço de entregas de compras, que atende até 30km de distância da loja, proporcionando um maior conforto aos que realizam suas compras no estabelecimento.

4.2 SISTEMA ATUAL DE ENTREGAS

O sistema atual de entregas do supermercado é realizado por meio da terceirização do serviço. Existe um contrato com uma pessoa jurídica, que contempla um carro e um motorista que ficam à disposição da loja durante o período das 9 às 20 horas de segunda-feira a sábado. Para o cliente utilizar o serviço de entregas ele precisa realizar uma compra acima de R\$ 150,00.

Atualmente a organização não possui gastos como pagamento direto de um motorista para realizar as entregas, manutenção com o carro, e outros gastos possíveis. Esses gastos estão todos inclusos no valor pago a terceirizada, onde o valor a pagar é calculado conforme a quantidade de entregas no mês. Foi acordado um valor por entrega e a cada quinze dias o prestador do serviço emite uma nota fiscal, com a quantidade de entregas realizadas, e o total gerado pelo serviço.

4.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS E ESTRUTURAÇÃO DAS OPÇÕES

Nesta parte do artigo serão demonstrados os dados obtidos por meio da coleta de informações que foram organizadas em tabelas, e a realização da análise sobre o assunto, visando relacionar a teoria exposta no presente artigo com as informações necessárias para a coleta e organização das informações.

Desta forma, serão apresentadas as tabelas e em seguida a análise das mesmas com os resultados obtidos.

4.3.1 Opção 1: Terceirização do Serviço de Entregas

A organização terceirizada é paga conforme são realizadas as entregas da loja. Em 2016 foram realizadas 4.320 entregas, totalizando um montante pago pelo supermercado à terceirizada no valor de R\$ 97.671,00. O valor unitário das entregas passou por um reajuste no começo do ano, pois em fevereiro de 2016 foi contratada outra organização terceirizada. O veículo utilizado pela organização terceirizada é um Fiat Fiorino Furgão EVO 1.4 FLEX 8V 2P 2014. O serviço é realizado por apenas um funcionário que é o motorista e também o responsável por efetuar as entregas.

Tabela 1 - Valor pago no sistema atual de entregas - Terceirizado

Sistema atual de entregas			
Período	Entregas	Valor por entrega	Valor total
Janeiro	345	R\$ 20,00	R\$ 6.900,00
Fevereiro	293	R\$ 20,77	R\$ 6.085,00
Março	276	R\$ 23,00	R\$ 6.348,00
Abril	472	R\$ 23,00	R\$ 10.856,00
Mai	330	R\$ 23,00	R\$ 7.590,00
Junho	325	R\$ 23,00	R\$ 7.475,00
Julho	405	R\$ 23,00	R\$ 9.315,00
Agosto	362	R\$ 23,00	R\$ 8.326,00
Setembro	371	R\$ 23,00	R\$ 8.533,00
Outubro	367	R\$ 23,00	R\$ 8.441,00
Novembro	368	R\$ 23,00	R\$ 8.464,00
Dezembro	406	R\$ 23,00	R\$ 9.338,00
TOTAL	4320	-	R\$ 97.671,00

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

4.3.2 Opção 2: Compra do Veículo e Contratação do Motorista

Para simular a compra do veículo foi pesquisado um mesmo automóvel que é utilizado pelo prestador de serviço terceirizado. A pesquisa foi realizada na tabela FIPE no dia 17 de abril de 2017. O veículo pesquisado foi um Fiat Fiorino Furgão EVO 1.4 FLEX 8V 2P 2014, que está avaliado pela Fipe no valor de R\$ 32.662,00.

Para realizar a comparação entre as opções é necessário entender que a organização vai ter outros gastos que não tem na terceirização, como manutenção, documentação e IPVA,

depreciação, combustível e despesas com funcionário que envolve todos os encargos e direitos trabalhistas, a seguir serão demonstrados os cálculos realizados para a compra do veículo.

Tabela 2 - Levantamento dos valores para o setor de entregas no caso da compra do veículo e contratação do funcionário

Entregas considerando a compra de um veículo	
Descrição do custo / despesa	Valor
Manutenção do veículo	R\$ 4.613,00
Documentação e IPVA	R\$ 838,14
Depreciação anual	R\$ 6.532,40
Combustível	R\$ 20.872,98
Despesas com funcionário	R\$ 30.358,92
Total	R\$ 63.215,44

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Os cálculos da manutenção foram realizados em uma média de gastos, considerando possíveis imprevistos. Para isso foi considerado um valor para manutenções diversas. O total previsto com a manutenção do carro foi de R\$ 4.613,00 para o período de um ano.

A documentação do carro foi calculada com base na legislação que regulamenta o Detran (2017) de Santa Catarina. A alíquota do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) atualmente é de 2%, segundo o site G1 Santa Catarina, sobre o valor total do carro, o valor calculado foi de R\$ 653,24. O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) foi pesquisado na tabela do Detran, para o veículo em questão o valor foi de R\$ 105,65. O licenciamento é igual para todos os veículos, sendo que o valor atual é de R\$ 79,25. Desse modo, apurou-se um valor total de R\$ 838,14 com documentação e IPVA.

A depreciação foi calculada de acordo com a classificação do bem, sendo um automóvel de transporte de mercadorias, a base de cálculo é de 20 por cento sobre o valor do carro, tendo o valor de R\$ 6.532,40 de depreciação anual, proporcionando uma depreciação completa no final de cinco anos (tribunal de contas do estado de Santa Catarina, 2012).

Para calcular o combustível foi realizado dois cálculos pois o carro é flex, sendo que a organização pode optar por abastecer o carro com álcool ou gasolina.

Na opção do álcool, a média na cidade/urbano é 7,5 KM/litro. A quilometragem utilizada para medir as entregas foi por meio de uma média, considerando que a organização realiza entregas no máximo a 30 Km de distância da loja, mas nem todas as entregas alcançam esta distância. Caso a organização escolha por abastecer com álcool ela vai ter uma média de R\$ 26.472,08 de gasto com combustível (Consumo, 2017).

Na opção da gasolina, a média na cidade/urbano é 11 Km/litro, se a organização escolher abastecer o carro com gasolina ela terá uma média de R\$ 20.872,98 de gasto com combustível. A organização pode escolher qualquer uma das duas opções, porém ao realizar a análise percebe-se que é mais vantajoso abastecer o carro com gasolina (Consumo, 2017).

Na despesa com funcionário foi calculado o salário do funcionário, considerando todos os direitos e encargos trabalhistas. Chegou-se a um valor de R\$ 30.358,92 por ano.

O total que se calculou para realizar a opção da compra do veículo foi de R\$ 63.215,44 com todos os gastos necessários calculados.

4.3.3 Opção 3: Locação do Veículo e Contratação do Motorista

Para simular o aluguel do veículo, pesquisou-se uma locadora de veículos na internet (RENTCARS), que disponibilizasse um preço acessível, sendo o mesmo carro pesquisado para a opção da compra e da terceirização, possibilitando assim uma melhor comparação dos dados.

Para realizar a análise do aluguel algumas informações são necessárias, já que esta opção também inclui despesas que na terceirização a organização não paga, como o aluguel do veículo, combustível, encargos e direitos trabalhistas com funcionário, a seguir serão demonstrados os cálculos realizados na tabela do Excel para o aluguel do veículo.

Tabela 3- Levantamento dos valores para o setor de entregas no caso da locação do veículo e contratação do funcionário

Entregas considerando a locação de um veículo	
Descrição do custo / despesa	Valor
Aluguel	R\$ 61.097,60
Combustível	R\$ 20.872,98
Despesas com funcionário	R\$ 30.358,92
Total	R\$ 112.329,50

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Para realizar os cálculos do aluguel, foi considerado os dias em que a organização realiza entregas, para então alocar o veículo apenas nos dias necessários que no caso é de segunda-feira a sábado. A diária do aluguel encontrado foi de R\$ 195,20. Com base nestas informações foi possível calcular o gasto total com o aluguel que chegou a R\$ 61.097,60 por ano (RENTCARS, 2017).

O cálculo das despesas com combustível e com o funcionário são os mesmos apresentados na opção anterior. Gerando assim um valor total na opção do aluguel do veículo de R\$ 112.329,50 com todos os gastos calculados.

4.4 DISCUSSÃO DA OPÇÃO ECONOMICAMENTE MAIS VIÁVEL

Ao realizar a análise das três opções descritas no decorrer do trabalho, foi possível chegar a uma tabela que demonstre de maneira clara a comparação entre as opções, possibilitando que todos tenham uma interpretação visual da opção que melhor se enquadra nas necessidades atuais da organização estudada.

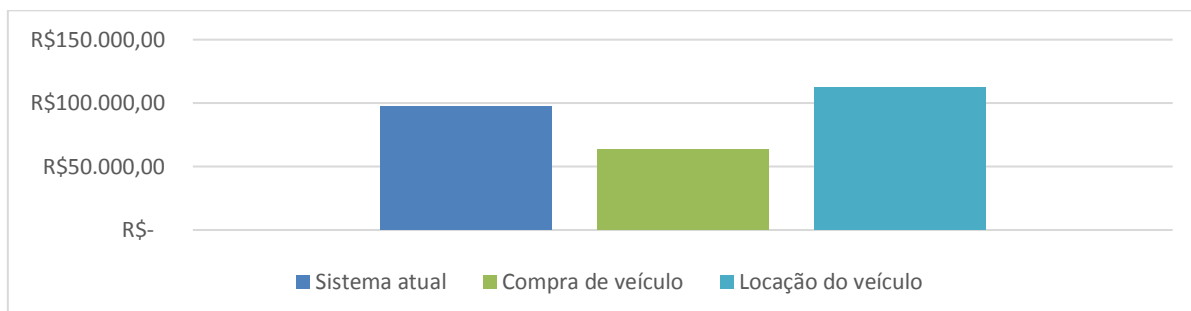
Tabela 4 - Comparativo das opções

Descrição das opções	Valor
Sistema atual	R\$ 97.671,00
Compra de veículo	R\$ 63.215,44
Locação do veículo	R\$ 112.329,50

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com a coleta das informações da tabela 4, foi possível gerar um gráfico que demonstra a opção que apresenta o menor custo para a organização.

Gráfico 1 - Comparativos das opções



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com a visualização da tabela e do gráfico é possível verificar que a terceirização teve um valor de R\$ 97.671,00 enquanto a compra do veículo teve um valor de R\$ 63.215,44, com a realização de todas as análises pode-se verificar que a opção mais viável economicamente é realizar a compra do veículo. Mesmo considerando todos os gastos necessários para se ter um carro e o pagamento de um funcionário com todos os direitos e encargos trabalhistas, a organização estaria gastando menos que no sistema atual de entregas.

A opção da locação do veículo ficou inviável, por gerar um valor consideravelmente maior que as outras opções, sendo que o foco do trabalho é encontrar a opção mais viável economicamente para a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar qual a opção mais viável economicamente para o serviço de entregas de um supermercado, considerando como opções a compra de um veículo com a contratação de um motorista para realizar as entregas, a locação desse veículo também com a contratação do motorista, ou a terceirização do serviço por meio de uma organização que atenda a essas necessidades.

O presente estudo foi realizado com a intenção de verificar uma possível redução nos valores gastos com o serviço de entregas de uma organização. Para tanto, aplicou-se um estudo de caso em um supermercado da grande Florianópolis.

Para a comparação das opções, analisou-se o sistema de entregas atual e todos os valores pagos por este serviço, apurando, por meio de uma tabela, os valores totais pagos no ano de 2016. Apurou-se também os valores que decorreriam de outras opções possíveis e fez-se a comparação das opções, buscando identificar a mais viável para a organização, considerando os dados analisados referente ao ano de 2016.

Verificou-se que a opção adotada pelo supermercado atualmente de terceirizar o serviço de entregas não é a opção mais viável. Comparando essa opção com as outras opções descritas neste estudo, verificou-se que a opção economicamente mais viável é a de comprar o veículo e contratar um motorista. Alterando o sistema atual para o sistema mais viável apontado pelo estudo, o supermercado terá uma economia média anual de R\$ 34.455,56.

Vale ressaltar que a partir do presente estudo, não se pode generalizar a escolha da opção mais viável para o setor de entrega, a compra de um veículo e a contratação de um funcionário. Essa opção é a mais viável para este supermercado estudados, considerados os dados analisados referente ao ano de 2016. Assim, cada organização deve analisar as opções disponíveis, de acordo com as suas necessidades, de modo a identificar a opção mais viável.

Deste modo, o presente estudo visa contribuir no sentido de se apresentar a relevância das organizações analisarem esses tipos de situações, de modo que optem pelas opções mais viáveis, de acordo com as peculiaridades de cada organização.

Sugere-se como pesquisas futuras a realização da análise em toda a rede do supermercado, para que se constate a opção mais viável para cada uma das lojas da rede do supermercado, também a realização de um estudo da tributação da empresa e os tributos envolvidos na opção já adotada pela empresa, analisar mais opções possíveis como o leasing.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sofia de Oliveira. **Os efeitos da adoção das IAS/IFRS na contabilização das locações.** Aveiro, 2011. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/8847/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>.

Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 1º maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 13 maio 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112973.htm>. Acesso em: 2 maio 2017.

_____. Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº. 1374/11. Da nova estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 16 dez. 2011. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____ Resolução CFC nº. 2015/NBCTG27(R3). Altera a NBC TG 27(R2) que dispõe sobre ativo imobilizado, **Diário Oficial**, Brasília, DF, 16 nov. 2015. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R3).pdf)>. Acesso em 15 mar. 2017.

_____ Resolução CFC nº. 2015/NBCTG01(R3). Altera a NBC TG 01 (R2) que dispõe sobre redução ao valor recuperável de ativos, **Diário Oficial**, Brasília, DF, 6 nov. 2015. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG01\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG01(R3).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____ Resolução CFC nº. 2016/NBCTG26(R4). Altera a NBC TG 26(R3) que dispõe sobre as demonstrações contábeis, **Diário Oficial**, Brasília, DF, 22 dez. 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26R4.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2017.

_____ **Ministério da Fazenda**. Conselho Nacional De Política Fazendária. **Atos COTEPE/PMPF 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos-pmpf/2016>>, acesso em: 30 abril 2017.

CABRELLI, Fantine Lígia; FERREIRA, Ademilson. Contabilidade gerencial como ferramenta no processo de tomada de decisão. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**, São Paulo, Ano 5, n. 09, 2007. p. 1-07. Disponível em: <<http://custosgerenciais.com.br/arquivos/5.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

CARMO, Maria Fátima; DA SILVA, Ana Paula Ferreira. Nível de conformidade do tratamento dados ao grupo ativo imobilizado as orientações dadas pelo CPC-27: um estudo nos maiores bancos brasileiros. **REVISTA HUM@ NAE**, v. 10, n. 1, 2016. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/299/151>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CONSUMO Combustível. **Fiat Fiorino Furgão 1.4** 2013. Disponível em: <<http://consumocombustivel.com.br/consumo-fiat-fiorino-furgao-1-4/>>, acesso em: 1 maio 2017.

HAINZENREDER, Edimara. **Qual o melhor para a empresa: a compra ou o aluguel de ativo imobilizado?** 1996. 95 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

IPVA fica 4,4% menor em SC, em média: veja tabela e como calcular. Florianópolis. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/12/ipva-fica-44-menor-em-sc-em-media-veja-tabela-e-como-calcular.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MIOTTO, Neivandra; LOZECKYI, Jeferson. A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas. **UNICENTRO–Revista eletrônica Lato Sensu**, n. 5, p. 1-11,2008. Disponível em:<http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/136/moddata/assignment/358/1180/A_IMPORTANCIA_DA_CONTABILIDADE_GERENCIAL_NA_TOMADA_DE_DECISAO_NAS_EMPRESAS.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

OTANI, Nilo. FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **TCC: métodos e técnicas**. 2 ed. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test. In: **Anais do 6º Congresso de Controladoria e Contabilidade**, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://xa.yimg.com/kq/groups/18418644/1361276427/name/MEIO+DO+FAIR+VALU+E+E+DO+IMPAIRMENT+TEST.pdf>>. Acesso em: 10 maio de 2017.

RENTCARS. **Aluguéis de carros**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.rentcars.com/pt-br/reserva/listar/109-1492693200-109-1492779600-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0>>, acesso em: 17 abril 2017.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas de Santa Catarina. Portaria nº. 0078 de 20 fevereiro de 2012. Disciplina os procedimentos para Reavaliação, Redução ao Valor

Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis sob a responsabilidade do Tribunal de Contas. **Diário Oficial Do Tribunal De Contas**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/site/legislacao/arquivos/portaria_n__tc_78-2012_consolidada.pdf>, acesso em: 28 de maio de 2017.

SANTA CATARINA. **Departamento Estadual de Trânsito. Valor do seguro obrigatório: DPVAT. Florianópolis: Detran, 2012.** Disponível em:

<<http://www.detran.sc.gov.br/index.php/veiculos/licenciamento-anual/120-veiculos-licenciamento-anual/356-veiculos-licenciamento-anual-6>>, acesso em: 01 maio 2017.

SILVA, Michele Prata da; DA MOTA COUTO, Carlos Henrique; CARDOSO, Antônio Augusto Brion. Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Suporte à Gestão Financeira. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664**, n. 13, p. 23-45, 2016. Disponível em:<<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/244/341>>. Acesso em: 23 maio 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Tolomei; FABRIZ, Daury Cesar. Terceirização no Brasil: análise social e econômica. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 19, n.30, p.1-12, ago-dez, 2015. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1812/1889>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

TORQUATO, Antônio; SIQUEIRA, Alex Fernandes. **Sistema de Informações Contábeis**. Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://files.prof-alex-fernandes.webnode.com/200000007-884118a34f/Apostila%20SIC%202013.docx>>. Acesso em: 2 maio 2017.

VASCONCELLOS, Alexandre. Curso aprovação: **Contabilidade Geral**. São Paulo: Nacional, 2008. 16 f. Não publicado. Disponível em: <http://www.cursoaprovacao.com.br/scasat/arquivos/20080907173750_Alexandre_CP_Contabilidade_Apostila.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

Analysis of the most Viable Economic option for the Delivery Sector of a Supermarket: A Case Study

Ernando Fagundes
Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
fagundes.ernando@gmail.com

Fabiane Carolina da Cunha
Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
fabii14@hotmail.com

ABSTRACT

The purpose of this article was to verify which option is economically more feasible, in relation to the delivery service offered by an organization. In order to meet the objective of this study and to identify the most viable option, comparisons were made between the following options: outsourcing of the delivery service, purchase of the vehicle considering the hiring of a driver and the rental of the vehicle also considering the hiring of a driver. Thus, this study of an applied nature adopted a qualitative approach. The intervention took place through a case study at a store in a supermarket chain. The data collected were organized into tables, thus collaborating to carry out the necessary analyzes. It was verified that the option currently adopted by the organization is not economically more feasible, since it was identified another option less costly and that would better meet the needs of the organization being the most advantageous. It was emphasized that this option is the most feasible for this supermarket, considering the data analyzed for the year 2016. Therefore, each organization should analyze the available options, according to their needs, in order to identify the most viable.

Keywords: Accounting statements. Permanent assets. Outsourcing.